

Aritmética pós-eleitoral



VITAL MOREIRA

Se o voto tem alguma racionalidade, então não é difícil antecipar a vitória do PS nas próximas eleições. Nelas está em causa, desde logo, um julgamento sobre a coligação PSD-CDS e, em especial, sobre a governação de Santana Lopes. O mínimo que se pode esperar é a punição e a rejeição da continuidade do Executivo cujo festival de desorientação e incompetência levou Jorge Sampaio a convocar eleições antecipadas. Nada de mais razoável, aliás, visto que numa democracia representativa as eleições começam por ser um exercício de responsabilização democrática, tanto mais assim quanto os governantes cessantes se apresentam ao eleitorado para renovar o mandato de que tão mal deram conta.

Mas se a rejeição do Governo cessante poderá bastar para assegurar ao PS uma vitória eleitoral, a dimensão da sua vitória já depende em grande parte da qualidade da sua alternativa política. Ora é justamente da dimensão política do triunfo eleitoral, medida pelo número de deputados eleitos, que vai depender a solução governamental posterior. Aritmeticamente, uma vitória eleitoral socialista pode revestir quatro versões quantitativas, a saber: (i) uma maioria absoluta, ou seja, mais de metade dos deputados (116 ou mais); (ii) uma maioria relativa com um número de deputados superior à soma dos do PSD e do CDS; (iii) uma maioria relativa com um número de deputados inferior à soma dos dois partidos da direita, mas sem que estes tenham maioria absoluta; (iv) uma maioria relativa, porém com uma maioria absoluta da coligação de direita. Sendo esta última hipótese altamente improvável — pois isso pressuporia uma escassa vantagem do PS sobre o PSD e uma considerável vantagem do CDS sobre a soma do PCP e do BE —, restam as outras três possibilidades.

Na maior parte dos países, a saída normal para uma vitória eleitoral sem maioria absoluta é a constituição de uma coligação de governo que assegure um apoio maioritário no Parlamento. Só que em Portugal, enquanto as coligações de direita têm proporcionando a formação de vários governos, ainda que de duração efêmera, já as coligações à esquerda têm-se revelado politicamente impossíveis, embora as vitórias eleitorais do PS, sempre aquém da maioria absoluta, tenham sempre sido acompanhadas de uma maioria aritmética de esquerda. Ora as dificuldades políticas e ideológicas que desde a origem têm impedido a formação de coligações à esquerda não parecem ter diminuído. No caso do PCP, provavelmente aumentou em vez de diminuir o fosso que o separa do PS, já porque aquele não dá mostras de atenuar o seu dogmatismo “marxista-leninista”, já porque o PS acentuou a sua abertura ao centro, tornando-se um alvo ainda maior da condenação comunista. O PCP diz-se sempre disponível para a criação de uma “maioria de esquerda”, mas sob condição de adopção de políticas que ele mesmo considere de esquerda, o que quer dizer as suas próprias políticas. No caso do BE, as declarações oficiais dos seus dirigentes não podem ser mais claras quanto à recusa de compromissos governamentais com o PS, assumindo deliberadamente uma postura oposicionista.

Há dois factores que dificultam ainda mais a hipótese de coligações à esquerda neste momento. Um tem a ver com a disciplina orçamental num contexto de recessão económica ou de muito débil crescimento, como continua a ser a situação do país nos tempos mais próximos. As restrições orçamentais não estão para terminar. O irresponsável Orçamento para

2005 incorpora à partida uma previsão de défice bem acima do limite dos três por cento, o qual poderá disparar para muito mais (há mesmo quem fale em 6-7 por cento!), considerando a irrealista meta do crescimento económico em que assentam as previsões de receita e despesa. Impõe-se desde logo um orçamento rectificativo, para cortar despesa e porventura para realizar receitas adicionais. Ora tanto o PCP como o BE nem querem ouvir falar nisso. A maior parte das suas propostas políticas implicam aumento de despesas ou diminuição de receitas (ou ambos).

A segunda dificuldade suplementar para entendimentos à esquerda relaciona-se com a UE. Tanto o PCP como o BE são contra a integração europeia, sendo ambos resolutamente contrários à ratificação da Constituição Europeia. Ora, tendo o PS um dos pontos de honra na integração europeia, em geral, e na ratificação do Tratado Constitucional, em especial — incluindo a

tenção do PCP e do BE, mas a constatação da sua debilidade originária (mais votos contra do que a favor) ditaria a sua sorte a curto prazo. Ainda que uma hipotética abstenção do PSD permitisse viabilizar o subseqüente orçamento rectificativo, logo viria no final do ano o escolho do orçamento para 2006.

A outra hipótese de governo minoritário — com vantagem do PS sobre o conjunto PSD-CDS — seria, em princípio, menos frágil, permitindo repetir a experiência dos dois governos Guterres (1995 e 1999). Todavia, as condições económico-financeiras e políticas serão ainda menos favoráveis do que em 1999-2001, dada a gravidade da situação financeira vigente, sendo muito incertas as perspectivas de vida governamental. Um governo desses estaria aritmeticamente mais protegido, pois só seria derrotado em caso de coligação das várias oposições contra si. Mas é justamente isso que não está excluído, desde logo em matéria orçamental e financeira, sendo muito provável uma coligação “oportunistamente” na rejeição do orçamento. Estando excluídas soluções do tipo orçamento “limpiano”, que desgraçaram o crédito e a honorabilidade política do segundo Governo de Guterres, a rejeição do orçamento só poderia resultar numa moção de confiança e, em caso de derrota, uma nova crise política. Se isso sucedesse já na votação do orçamento para

NÃO BASTA QUERER uma maioria absoluta. É preciso lutar por ela e merecê-la. É esse o desafio que o PS de José Sócrates tem à sua frente nas próximas semanas

LUIS RAMOS



promoção de um referendo nesse sentido —, não se afigura fácil um acordo de governo com forças políticas que divergem dele numa área tão essencial. Se o CDS, muito pragmaticamente, foi capaz de pôr de baixo do tapete o seu eurocepticismo, em prol da coligação com o PSD, não parece previsível uma idêntica atitude por parte do PCP ou do BE.

Por tudo isto, mesmo que o PS não exclua em absoluto outras possibilidades à partida, o mais plausível é que ele só possa contar consigo para formar governo, mesmo que não obtenha maioria absoluta. Se não a obtiver, estando excluída a reedição do “bloco central” e verificada a improbabilidade de “acordos de regime” em matéria financeira (tal como sugeridos pelo Presidente da República), resta a solução dos governos minoritários.

Numa das hipóteses acima referidas — ou seja, vitória relativa do PS sem mais deputados do que os da coligação PSD-CDS —, o governo minoritário daí resultante seria muito frágil, sem condições para vingar. Poderia passar no Parlamento, resistindo a uma provável moção de rejeição do programa do Governo, mercê da abs-

2006, haveria a agravante suplementar de que nem sequer poderia haver convocação imediata de novas eleições, dada a impossibilidade de dissolução parlamentar no último semestre do actual mandato presidencial nem no primeiro semestre do mandato do novo Presidente a eleger daqui a um ano, o que significaria um prolongado arrastamento da crise política, com os inerentes custos em todos os planos.

Em qualquer dos casos, nas actuais condições, dificilmente um governo minoritário duraria mais de um ano. Em termos de estabilidade política e governativa, só resta portanto a solução da maioria absoluta. O PS faz bem em colocá-la como objectivo central do seu empenho eleitoral (o que já faz uma diferença importante para Guterres, que em 1999 recebeu reivindicá-la) e como pressuposto de uma alternativa de governo duradouro e responsável. Essa frontalidade responsabiliza também os cidadãos, que se não lhe derem, não poderão depois exigir-lhe o impossível. Mas não basta querer uma maioria absoluta. É preciso lutar por ela e merecê-la. É esse o desafio que o PS de José Sócrates tem à sua frente nas próximas semanas. ■ PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

A massa crítica nas universidades

A grande maioria das nossas universidades não produz massa crítica, mas sim técnicos ou licenciados direccionados para uma função mecanizada do mercado de trabalho. Saem da universidade e já estão dentro do “sistema” onde quem questiona muito é olhado com estranheza

EDUARDO ALEXANDRE SILVA

Massa crítica é uma das muitas mais-valias que se espera que uma universidade ofereça à sociedade. Na minha opinião, uma das “obrigações” das universidades para com a sociedade é “produzir” pessoas que sejam depois capazes de aumentar a massa crítica de um país e com isso elevar o nível de vida da população. Normalmente, quanto melhor é o ensino produzido pela universidade, maior massa crítica resulta, levando a que seja mais saudável e democrática e, consequentemente, a sociedade e o país. A diferença (quantitativamente e qualitativamente) de massa crítica resultante da universidade é um aspecto onde noto grande diferença entre Portugal e os Estados Unidos. Mesmo entre diferentes universidades nos EUA, consigo notar diferenças consideráveis. Por exemplo, a Universidade de Harvard possui uma massa crítica consideravelmente mais elevada do que a anterior universidade onde me encontrava, Michigan.

Ao ler uma notícia do PÚBLICO de 14 de Dezembro, onde se relatava que nenhuma universidade portuguesa marcava presença num “ranking” das 200 melhores universidades do mundo, lembrei-me de um jantar de amigos onde discutimos o ensino superior em Portugal. Estávamos todos a estudar em Harvard e todos facilmente elencávamos as enormes diferenças existentes entre as duas realidades que conhecíamos. Contudo, num aspecto nos dividíamos: uns defendiam que o grande problema é ao nível institucional, ou seja, em Portugal temos de criar estruturas, instituições que apresentem níveis de qualidade elevada, levando a que o país progrida no sentido de copiar os bons exemplos; por outro lado, outros, onde eu me incluía, defendiam que existe um problema fundamental de mentalidade na nossa sociedade.

Volto ao início, a diferença é que hoje a grande maioria das nossas universidades não produz massa crítica, mas sim técnicos ou licenciados direccionados para um tipo de função mecanizada do mercado de trabalho. Saem da universidade e já estão dentro do “sistema”, onde quem questiona muito é olhado com estranheza pelos seus pares. Não se discute nada, apenas se confirma o quotidiano com o óbvio. Durante a universidade, não se “aprende a perceber”, mas sim a decorar. “Marrar” é palavra de sucesso para o jovem estudante. Não é nada difícil um aluno cácula terminar a sua licenciatura, com uma média razoável, devido apenas aos esquemas de “copiagens”. Por cá, os alunos são formatados de forma a possuir um pensamento idêntico ao professor. Enquanto nos EUA fazer mestrado, doutoramento, na instituição onde se graduarmos, é sinal de insucesso pessoal, em Portugal é regra e coisa aconselhável...

De facto, em Portugal a universidade não cumpre uma das suas maiores obrigações: criar massa crítica. Levando-me a equacionar se não deverá ser justo começar a questionar a utilização de dinheiros públicos por parte das universidades... Por que não fazer “contratos por objectivos” com as Universidades públicas? Traçar e pedir objectivos concretos às universidades, sob pena de cortar o financiamento das mesmas, poderia ser uma medida nesse sentido, por exemplo.

Contudo, de volta à realidade — recorda Eduardo, defender e implantar estas ideias é pedir demais para um país como o nosso, certo?... ■ GULBENKIAN PhD STUDENT, HARVARD UNIVERSITY